

Senadores são contra venda em bloco de redes do Ahold

Senado Federal

Varejo

Juliano Basile e Cláudia Facchini
De Brasília e de São Paulo

A bancada nordestina do Senado pediu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça que proíba o grupo holandês Royal Ahold de vender as redes de supermercados G. Barbosa e Bompreço para um mesmo comprador. O pedido foi assinado por 23 senadores. Eles fizeram várias denúncias de aumentos de preços e formação de cartel contra o grupo Ahold.

São eles: os baianos Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolfo Tourinho (todos do PFL); os sergipanos Almeida Lima (PDT), Manoel Santana (PFL) e Antonio Carlos Valadares (PSB); os cearenses Tasso Jereissati (PSDB), Patrícia Gomes (PPS) e Reginaldo Duarte (PSDB); os potiguaras Garibaldis Alves (PMDB), Fernando Bezerra (PTB) e José Agripino (PFL); os paraibanos Efraim Morais (PFL), Ney Suassuna (PMDB) e José Maranhão (PMDB); os pernambucanos Sérgio Guerra (PSDB), Marco Maciel (PFL) e José Jorge (PFL); os alagoanos Renan Calheiros (PMDB) e Heloísa Helena (PT); o piauiense Mão Santa (PMDB), o maranhense Edson Lobão (PFL) e o amapaense Papaléo Paes (PTB) — o único da região Norte na lista.

Eles subscreveram a denúncia de que o grupo holandês adotou prática comercial predatória e cartelizada, com consequência "maléfica para a economia regional e para o povo". Os principais problemas, segundo os senadores, estão nos Estados da Bahia e do Sergipe. A concentra-

AnFreixo. A solução para reduzir custos no seu ciclo de compras.

+ de 200 mil itens de estoque
Catálogo eletrônico online integrado ao seu ERP
Comodidade e conveniência

Votorantim Ventures

AnFreixo

Inteligência em compras para MRO

Tel: 11 30674941 - www.anfreixo.com.br

Acesse com o login: **menos.tempo** e senha: **menos.custos**

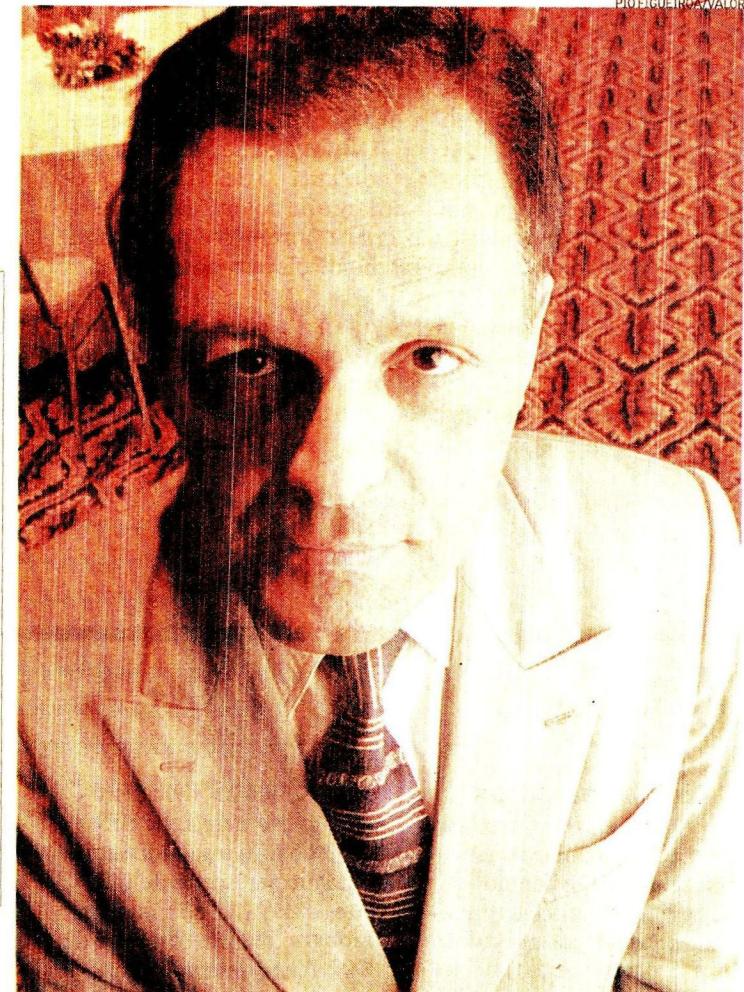
ção no setor de supermercados chega a 92% em cidades como Salvador, Feira de Santana, Aracaju e Maceió.

Os senadores alegam ainda que a união das redes G. Barbosa e Bompreço provocou demissões, limitou a oferta de produtos, reduziu investimentos e levou a remarcação de preços. "Essa prática nefasta, atentatória aos legítimos interesses dos consumidores, contribuiu substancialmente para que Aracaju apresentasse os maiores valores da cesta básica entre todas as capitais do Nordeste desde 2001", diz o documento, enviado do gabinete do senador Almeida Lima ao presidente do Cade, João Grandino Rodas.

Procurados, representantes do Bompreço não se pronunciaram. Mas, segundo fontes do setor, a comparação entre as pesquisas de preços da cesta básica nas diferen-

tes capitais fica prejudicada por algumas distorções, como a carga tributária aplicada pelos governos estaduais sobre os alimentos básicos em cada um dos Estados. Alguns Estados têm uma política "mais generosa" de isenção e Sergipe não estaria nesta lista. Segundo uma fonte, o preço da cesta em Aracaju já começou a figurar entre as mais altas no Nordeste quase um ano antes da aquisição da rede G. Barbosa pelo Ahold, em janeiro de 2002. Em Salvador e em Recife, onde o Ahold possui uma forte presença, o preço da cesta está entre os mais baixos da região.

Os senadores usaram dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) para comprovar a tese de que a concentração no setor de supermercados está prejudicando a



Rodas, do Cade, que recebeu denúncias de 23 senadores contra o Royal Ahold

economia local. O preço da cesta básica em Aracaju foi um dos que mais cresceu em 2002. Chegou a R\$ 148,41, em março, registrando uma variação no ano de 11,35%. Aracaju só perde para Fortaleza (19,30% de aumento no ano), Rio de Janeiro (13,76%), Brasília (13,22%), Natal (12,19%) e Goiânia (11,70%).

A concentração no setor de supermercados na região Nordeste chamou a atenção do Cade, que suspendeu os efeitos do processo de fusão entre as redes Bom Preço e G. Barbosa, em 3 de julho de 2002.

O órgão antitruste fechou um acordo com as redes, pelo qual elas se comprometeram a não modificar a estrutura de logística e de dis-

tribuição de produtos, além de deixar de demitir funcionários, fechar estabelecimentos de trabalho e alterar suas marcas até que a fusão seja julgada pelo Cade.

Em julho passado, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda sugeriu ao Cade que obrigue a Bompreço a vender as lojas da Petropreço em Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador. A Seae entendeu que a rede é a quarta maior supermercadista do Brasil e teria o domínio do mercado na cidade. O Cade deverá aguardar a venda das redes pelo grupo Ahold para definir se impõe ou não condições ao negócio.